

Políticas públicas em educação e meritocracia: desafios para a construção de uma educação inclusiva e equitativa no Brasil

Luma Costa Minotto Pereira

Universidade Federal do Pampa, lumacosta.advocacia@gmail.com

Pérsen Teixeira Bueno

Centro Universitário Ideau, personbueno1@gmail.com

Introdução

A educação é reconhecida como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e econômico, desempenhando um papel central na promoção da cidadania e na redução das desigualdades. Contudo, no Brasil, as desigualdades estruturais persistentes e as disparidades regionais e socioeconômicas desafiam a construção de um sistema educacional que seja verdadeiramente inclusivo e equitativo. Diante desse cenário, a relação entre políticas públicas educacionais e o conceito de meritocracia emerge como um ponto de tensão e debate. Enquanto a meritocracia é frequentemente apresentada como um mecanismo de justiça baseado no esforço individual, sua aplicação prática revela contradições em um contexto marcado por condições desiguais de acesso e oportunidades.

O presente artigo propõe uma análise crítica das políticas públicas educacionais no Brasil, investigando de que forma elas influenciam o acesso e a permanência dos estudantes no sistema educacional. A partir de uma reflexão sobre o conceito de meritocracia e seu impacto no campo educacional, busca-se compreender como as políticas voltadas para a inclusão podem ser efetivas na redução das desigualdades e na promoção de uma educação que contemple a diversidade social e cultural do país.

Além disso, este estudo explora os desafios e limitações das iniciativas públicas, especialmente

em um contexto de crescente influência do neoliberalismo na regulação do ensino. Ao longo do texto, são abordadas questões centrais, como o papel do Estado na formulação de políticas públicas, a necessidade de igualdade de condições para a aplicação do mérito como critério justo e as estratégias para construir uma educação mais inclusiva e acessível para todos os segmentos da sociedade.

Com base em uma análise teórica e empírica, este artigo busca não apenas identificar os problemas, mas também propor caminhos para que a educação se torne um instrumento efetivo de transformação social. A reflexão sobre políticas públicas e meritocracia, neste sentido, é apresentada como uma oportunidade para reavaliar e reestruturar o sistema educacional brasileiro, colocando a equidade no centro das ações e decisões.

Conceitos e fundamentos da meritocracia no contexto educacional

A meritocracia, conceito central em debates educacionais, sustenta a ideia de que oportunidades e recompensas sociais devem ser distribuídas com base no mérito individual. De acordo com Koga, Guindani e Borges (2024), o termo estabelece uma relação entre esforço pessoal, reconhecimento e justiça:

Ao consultarmos a palavra meritocracia em um dicionário da língua portuguesa temos as seguintes afirmações: ‘modo de seleção cujos preceitos se baseiam nos méritos pessoais daqueles que participam’ (Dicio, 2022). Para o mesmo termo, o Dicionário ainda destaca: ‘predominância dos que possuem méritos; que são mais competentes, eficientes, trabalhadoras ou superiores intelectualmente, numa empresa, grupo, sociedade...’. Fica evidente que a palavra se refere a qualidades individuais daquele que almeja e alcança uma determinada conquista. Neste termo parece haver uma relação intrínseca entre mérito pessoal e merecimento, justiça. Uma relação entre esforço pessoal e premiação, reconhecimento. (Guindani; Borges; Koga, 2024, p. 2).

Apesar de sua promessa de justiça, a aplicação prática da meritocracia no contexto educacional enfrenta desafios profundos. François Dubet (2008) critica a idealização desse sistema, argumentando que, em sociedades desiguais, como a brasileira, o mérito individual não pode ser considerado isoladamente. Estudantes oriundos de classes menos favorecidas enfrentam condições estruturais adversas que limitam sua capacidade de competir em igualdade de condições com aqueles provenientes de famílias mais abastadas. Assim, o mérito é influenciado pelas circunstâncias sociais, econômicas e culturais que moldam as oportunidades educacionais.

Michael Young (1958), em sua obra pioneira sobre o tema, alerta para os perigos de uma meritocracia sem critérios de equidade. Ele aponta que, quando levada ao extremo, a meritocracia pode reforçar e legitimar desigualdades, criando uma sociedade onde privilégios são perpetuados por gerações. No contexto educacional, isso se traduz na concentração de oportunidades em um grupo restrito de estudantes que já possuem capital cultural e social vantajoso, enquanto os demais permanecem excluídos.

Bourdieu (2018) também contribui para essa crítica ao destacar que a escola não é um espaço neutro, mas uma instituição que reproduz as desigualdades sociais. Ele explica que o sistema educacional valoriza competências culturais e sociais que são mais acessíveis às classes dominantes, dificultando que estudantes de classes menos favorecidas alcancem o mesmo nível de reconhecimento baseado apenas no mérito. Esse fenômeno é particularmente evidente em sistemas como o brasileiro, onde as desigualdades regionais e econômicas se manifestam de forma acentuada no desempenho escolar.

No Brasil, o ideal meritocrático enfrenta a realidade de um sistema educacional desigual, marcado por lacunas no acesso a recursos básicos, como infraestrutura, professores qualificados e materiais pedagógicos. Como afirmam Koga, Guindani e Borges (2024), as políticas educacionais frequentemente responsabilizam os indivíduos pelo sucesso ou fracasso, ignorando os impactos das desigualdades estruturais. Essa lógica transfere para o indivíduo a carga do fracasso, mascarando os fatores sistêmicos que perpetuam as disparidades.

A reflexão sobre a meritocracia no contexto educacional exige uma análise crítica sobre como garantir que o mérito seja, de fato, o critério predominante. Para isso, é fundamental abordar questões estruturais que influenciam o desempenho escolar, garantindo igualdade de condições como ponto de partida. No próximo desenvolvimento, exploraremos como essas ideias se articulam com políticas públicas e estratégias para promover maior justiça no ambiente educacional.

Embora o conceito de meritocracia esteja amplamente associado a um ideal de justiça social, sua aplicação prática frequentemente revela contradições e desafios, especialmente no campo educacional. Como apontado na análise inicial, a meritocracia pressupõe que o mérito individual é o principal critério para determinar o sucesso. No entanto, essa visão frequentemente negligencia a influência de fatores estruturais, históricos e sociais que moldam as oportunidades educacionais.

A partir da perspectiva de François Dubet (2008), a meritocracia é apenas viável quando há igualdade real de condições no acesso à educação. Isso significa que, para que o mérito individual possa ser avaliado de forma justa, é necessário que todos os indivíduos iniciem sua trajetória educacional em um ambiente que ofereça as mesmas oportunidades, independentemente de sua origem socioeconômica. No entanto, essa premissa raramente se concretiza em sociedades desiguais. No Brasil, por exemplo, o sistema público de ensino enfrenta disparidades regionais significativas, onde estudantes de áreas rurais ou periféricas têm menos acesso a infraestrutura escolar adequada e a professores qualificados, criando um desnível que compromete a ideia de competição justa.

Young (1958) acrescenta uma perspectiva distópica ao conceito de meritocracia, alertando que, em uma sociedade onde o mérito é exaltado de forma isolada, os sistemas educacionais podem se tornar instrumentos de exclusão social. Esse fenômeno é evidente em políticas que valorizam apenas resultados quantitativos, como testes padronizados, sem considerar as condições que permitem ou limitam o desempenho dos alunos. Por exemplo, a valorização de exames como o ENEM no Brasil pode, em muitos casos, reforçar desigualdades ao beneficiar estudantes que tiveram acesso a escolas privadas de alta qualidade ou a cursos preparatórios, enquanto desconsidera as dificuldades enfrentadas por aqueles em contextos vulneráveis.

Bourdieu (2018) oferece uma contribuição crítica importante ao demonstrar como o capital cultural influencia o sucesso educacional. Ele explica que o sistema escolar legitima desigualdades sociais ao valorizar conhecimentos, habilidades e práticas culturais que são mais acessíveis às classes dominantes. No contexto brasileiro, isso pode ser observado na diferença de desempenho entre alunos de escolas públicas e privadas, onde os primeiros geralmente enfrentam desafios como evasão escolar, defasagem idade-série e falta de acesso a programas de reforço educacional. Esse desequilíbrio questiona a autenticidade do mérito como critério absoluto para o sucesso escolar.

Além disso, a relação entre meritocracia e neoliberalismo reforça as críticas ao conceito no campo educacional. Como destacado por Koga e Guindani (2024), o modelo neoliberal tende a transferir responsabilidades coletivas para os indivíduos, promovendo a ideia de que o sucesso ou fracasso educacional é resultado apenas do esforço pessoal. Essa narrativa mascara as desigualdades sistêmicas e cria uma lógica de exclusão, onde aqueles que não alcançam o “mérito” esperado são estigmatizados como incapazes ou preguiçosos. Isso se torna evidente em políticas educacionais que priorizam a competitividade e a privatização, muitas vezes desconsiderando a importância de iniciativas voltadas à inclusão e ao fortalecimento da educação pública.

A análise das contradições da meritocracia no Brasil também evidencia a necessidade de repensar os critérios de justiça educacional. Políticas públicas que reconheçam as desigualdades estruturais e busquem promover equidade são fundamentais para criar um sistema mais inclusivo. Estratégias como a implementação de cotas sociais e raciais, o aumento de investimentos em educação básica e o fortalecimento de programas de permanência escolar são exemplos de iniciativas que buscam mitigar os efeitos negativos de um sistema educacional desigual.

É importante destacar que o conceito de meritocracia não deve ser completamente descartado, mas sim reavaliado em sua aplicação prática. Uma meritocracia legítima deve ser construída sobre uma base de equidade, onde todos os indivíduos tenham acesso às mesmas oportunidades iniciais e condições de desenvolvimento. Como afirmam Koga, Guindani e Borges (2024), a relação entre mérito e justiça só pode ser sustentada se houver uma compreensão crítica das desigualdades que estruturam a sociedade. No próximo desenvolvimento, exploraremos como essas reflexões podem ser traduzidas em políticas públicas mais inclusivas e eficazes para o sistema educacional brasileiro.

Desigualdades estruturais e o acesso à educação no Brasil

As desigualdades estruturais no Brasil são refletidas de maneira evidente no acesso à educação, revelando a complexidade de um sistema que muitas vezes reproduz as desigualdades sociais em vez de combatê-las. Historicamente, práticas pedagógicas e políticas educacionais contribuíram para consolidar as disparidades entre diferentes grupos socioeconômicos, ampliando o abismo entre estudantes de diferentes origens sociais e econômicas. Como apontam Guindani, Borges e Koga

(2024), a meritocracia escolar frequentemente legitima desigualdades preexistentes, com mecanismos que, em vez de promoverem equidade, acabam reforçando as desigualdades:

Historicamente, no campo educacional, os alunos sempre foram premiados e penalizados pelas suas notas. Era muito comum presenciar cenas em que os professores fixavam nas paredes das salas de aula um ranking de alunos com as notas obtidas em avaliações. A educação acabava reproduzindo (Bourdieu; Passeron, 1970) as desigualdades sociais dentro da sala de aula (Guindani; Borges; Koga, 2024, p. 4).

Essa prática revela um fenômeno estrutural no sistema educacional brasileiro, que, ao premiar resultados individuais sem considerar o contexto socioeconômico dos alunos, perpetua desigualdades em vez de mitigá-las. Conforme Carneiro e Scalon (2022), a educação no Brasil é marcada por fortes desigualdades regionais e econômicas, com disparidades significativas entre as áreas urbanas e rurais, além de diferenças no acesso a escolas públicas e privadas. Essas disparidades criam um cenário onde o sucesso escolar está profundamente ligado às condições econômicas e culturais das famílias, limitando as possibilidades de ascensão social.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) reforça esse panorama ao demonstrar que a qualidade do ensino está diretamente relacionada aos recursos disponíveis para as escolas. Em regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste, escolas públicas frequentemente enfrentam desafios estruturais, como falta de infraestrutura, escassez de materiais didáticos e ausência de profissionais qualificados. Esses fatores colocam os estudantes em desvantagem em relação aos colegas de regiões mais desenvolvidas, onde há maior investimento público e privado na educação. Essa desigualdade reflete-se em indicadores como taxas de evasão escolar, desempenho em avaliações nacionais e continuidade nos níveis de ensino superior.

Ademais, Fernandes e Gremaud (2010) destacam que a pobreza é um fator determinante na manutenção das desigualdades educacionais no Brasil. Famílias de baixa renda têm menos condições de fornecer suporte educacional adequado, seja pela dificuldade em acessar materiais de estudo ou pela necessidade de inserir seus filhos precocemente no mercado de trabalho para complementar a renda familiar. Essa realidade afeta diretamente o desempenho escolar, reduzindo as chances de progressão acadêmica e de qualificação profissional futura.

No ambiente escolar, as desigualdades também se manifestam de forma simbólica e cultural. Bourdieu e Passeron (1970) argumentam que o sistema educacional tende a reproduzir os valores e as práticas culturais das classes dominantes, criando um ambiente que favorece estudantes oriundos de famílias com maior capital cultural. No Brasil, essa dinâmica pode ser observada nas práticas pedagógicas que desconsideram a diversidade cultural dos estudantes, promovendo uma padronização que invisibiliza a realidade de comunidades historicamente marginalizadas. Isso dificulta a identificação dos estudantes com o conteúdo educacional e impacta negativamente seu desempenho.

Outro aspecto relevante é o impacto das políticas públicas na redução ou perpetuação das

desigualdades educacionais. Embora programas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) tenham ampliado o financiamento para a educação pública, sua eficácia é limitada diante da complexidade dos problemas estruturais. O foco em avaliações de desempenho padronizadas, como o ENEM, muitas vezes desconsidera as condições desiguais de acesso à educação de qualidade, reforçando a lógica meritocrática que privilegia estudantes com maior acesso a recursos.

Nesse contexto, é necessário repensar o papel da educação como ferramenta de redução de desigualdades, promovendo políticas públicas que levem em consideração as disparidades estruturais existentes. No próximo desenvolvimento, aprofundaremos as estratégias para mitigar essas desigualdades, explorando exemplos de iniciativas voltadas para a promoção de equidade educacional no Brasil.

A superação das desigualdades estruturais no acesso à educação no Brasil exige a análise crítica das dinâmicas históricas e contemporâneas que perpetuam tais disparidades. Além da clara conexão entre condições socioeconômicas e desempenho escolar, a relação entre políticas públicas e o acesso equitativo à educação desempenha papel central nesse debate. A meritocracia, frequentemente utilizada como justificativa para a avaliação e alocação de recursos educacionais, mascara desigualdades preexistentes ao tratar como equivalentes alunos que enfrentam contextos sociais profundamente distintos.

Um ponto crucial no entendimento das desigualdades no Brasil é a persistente segregação entre os sistemas de ensino público e privado. Enquanto escolas privadas, geralmente frequentadas por alunos de famílias de maior renda, oferecem infraestrutura de qualidade, acesso a professores altamente qualificados e recursos tecnológicos avançados, as escolas públicas enfrentam condições precárias em muitas regiões. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), essa diferença é mais evidente nas regiões Norte e Nordeste, onde o investimento público em educação básica é insuficiente para atender às demandas de uma população historicamente excluída. A discrepância no financiamento resulta em um ciclo contínuo de desvantagens para os estudantes das redes públicas, limitando suas oportunidades de mobilidade social.

Além disso, os desafios no ambiente escolar não se restringem à infraestrutura. Estudos de Fernandes e Gremaud (2010) destacam que a pobreza não apenas restringe o acesso a materiais didáticos e tecnologias, mas também impõe barreiras à continuidade dos estudos. Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica muitas vezes são pressionados a contribuir para a renda familiar por meio do trabalho infantil ou outras atividades, o que compromete sua frequência escolar e desempenho acadêmico. Essa realidade dificulta a construção de um sistema educacional que realmente promova igualdade de oportunidades.

Outro fator crítico é a centralidade do sistema educacional brasileiro em avaliações padronizadas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Embora o exame tenha sido inicialmente concebido como um instrumento democrático de acesso ao ensino superior, ele reflete e reforça as desigualdades existentes. Estudantes de escolas privadas têm acesso a preparatórios específicos e materiais didáticos que os colocam em vantagem na competição por vagas em universidades públicas, enquanto estudantes das redes públicas enfrentam barreiras que vão desde a qualidade insuficiente do ensino até a ausência

de suporte emocional e motivacional em casa.

No campo pedagógico, as desigualdades estruturais também se manifestam na abordagem curricular. Bourdieu e Passeron (1970) argumentam que a escola, enquanto instituição, frequentemente reflete os valores e padrões culturais das classes dominantes, excluindo e deslegitimando os saberes populares e a diversidade cultural. No Brasil, essa realidade é evidenciada pela ausência de conteúdos que valorizem as culturas indígenas, quilombolas e afro-brasileiras, criando um distanciamento entre o estudante e o ambiente escolar. Essa invisibilização contribui para a evasão e o fracasso escolar, especialmente em regiões onde essas identidades culturais são mais prevalentes.

Políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades educacionais têm sido implementadas, mas seu impacto ainda é limitado. Programas como o FUNDEB representam avanços significativos ao priorizar o financiamento das escolas públicas, mas desafios relacionados à gestão e à distribuição de recursos persistem. Além disso, iniciativas como o Programa Bolsa Família, ao condicionar benefícios à frequência escolar, contribuíram para a redução da evasão, mas não atacam diretamente a questão da qualidade do ensino, que é fundamental para a verdadeira transformação social.

É preciso repensar a forma como a educação é concebida e financiada no Brasil, priorizando uma abordagem baseada na equidade em vez da igualdade. Isso significa direcionar mais recursos para as escolas localizadas em regiões vulneráveis, investir na formação continuada de professores e garantir suporte psicológico e social aos estudantes. Estratégias como a adoção de currículos mais inclusivos, que reflitam a pluralidade cultural do Brasil, e o fortalecimento de programas de acesso ao ensino superior, como as cotas raciais e sociais, são passos essenciais para equilibrar o campo de competição.

Políticas públicas de ensino e a promoção da equidade educacional

A formulação de políticas públicas no Brasil tem como objetivo central não apenas universalizar o acesso à educação, mas também promover a equidade, reduzindo as desigualdades estruturais que historicamente dificultam a inclusão de parcelas vulneráveis da população. A educação é compreendida como um direito fundamental, essencial para a formação da cidadania e a promoção da justiça social. No entanto, o desafio de tornar o sistema educacional inclusivo e equitativo é constante, especialmente diante de modelos que priorizam a eficiência econômica em detrimento do papel social da educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, estabelece os princípios fundamentais para a organização da educação brasileira, incluindo a valorização da diversidade e a garantia de acesso universal. No entanto, a implementação prática da LDB enfrenta desafios relacionados às desigualdades regionais e à insuficiência de recursos destinados à educação pública. Conforme Koga e Guindani (2017), a partir da década de 1980, houve um movimento de substituição da regulação estatal por iniciativas privadas, especialmente sob a influência de políticas neoliberais, o que impactou negativamente a capacidade do Estado de promover a equidade:

Uma outra reflexão que vem nesta perspectiva é feita por Barroso (2005) quando discute a questão da educação e regulação das políticas públicas. Segundo o autor, a partir dos anos 1980 há um movimento no sentido de alterar os modos de regulação dos poderes públicos no sistema escolar, substituindo assim os poderes públicos por entidades privadas. Essa substituição ocorre em espaços que antes era de intervenção do Estado. (Koga; Guindani, 2017, p. 7).

Essa lógica neoliberal, que enfatiza a privatização e a competição no setor educacional, muitas vezes reforça desigualdades ao privilegiar escolas e instituições que já possuem melhores recursos, em detrimento das necessidades de populações vulneráveis. Como argumenta Saviani (2012), a retirada progressiva do papel central do Estado na promoção de políticas educacionais inclusivas resulta em um cenário de descontinuidade e insuficiência de medidas que busquem corrigir as disparidades estruturais no acesso à educação.

Nesse contexto, a pedagogia proposta por Paulo Freire (2021) torna-se uma ferramenta essencial para compreender o papel da educação na promoção da equidade. Freire defende uma educação libertadora, que reconheça as diferenças culturais e sociais dos estudantes, promovendo sua emancipação e inclusão. Segundo ele, a educação deve ser um ato político, voltado à transformação social, onde o professor desempenha o papel de mediador no processo de construção coletiva do conhecimento. Essa abordagem contrasta com o modelo meritocrático e neoliberal, que frequentemente reduz a educação a uma lógica de mercado, desconsiderando as condições sociais que afetam o desempenho acadêmico.

Cláudia Regina Bastos (2020) reforça que as políticas públicas de educação devem priorizar a inclusão, reconhecendo as necessidades específicas de diferentes grupos sociais e implementando estratégias que garantam o acesso igualitário a recursos educacionais de qualidade. Para isso, é fundamental que políticas como o FUNDEB, que financia a educação básica, sejam ampliadas e adequadas para atender às disparidades regionais e econômicas. Bastos também aponta que a formação continuada de professores é um aspecto crucial para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, pois capacita os educadores a lidar com a diversidade em sala de aula e a promover práticas pedagógicas mais democráticas.

Outro ponto essencial é o papel do currículo escolar na promoção da equidade. A inclusão de conteúdos que valorizem a diversidade cultural e histórica do Brasil é indispensável para que o sistema educacional seja mais representativo e acolhedor. A ausência de tais conteúdos reflete e perpetua desigualdades, marginalizando grupos que já enfrentam dificuldades para se integrar ao sistema educacional. A pedagogia crítica, como a defendida por Freire, enfatiza a importância de um currículo que dialogue com a realidade dos alunos, rompendo com uma estrutura que privilegia conhecimentos de classes dominantes.

A promoção da equidade educacional no Brasil requer não apenas o reconhecimento das desigualdades estruturais, mas também a implementação de políticas públicas que enfrentem diretamente essas disparidades. Embora a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/1996 tenham estabelecido princípios voltados à universalização do ensino e ao combate à exclusão, a concretização desses objetivos continua sendo um desafio em um país com profundas desigualdades regionais e socioeconômicas.

Nesse contexto, iniciativas que visam a equidade precisam ir além do acesso universal, focando na qualidade do ensino e na garantia de condições justas para todos os estudantes.

Conforme destacam Koga e Guindani (2017), a substituição progressiva do papel do Estado por entidades privadas em áreas historicamente reguladas pelo setor público é uma das principais barreiras à promoção da equidade. Essa mudança, fortemente influenciada pelas políticas neoliberais a partir dos anos 1980, priorizou a eficiência econômica em detrimento da inclusão social. A lógica de mercado aplicada ao setor educacional promove uma competição desigual, onde escolas privadas, com maior acesso a recursos financeiros, oferecem melhores condições de ensino, enquanto as escolas públicas enfrentam limitações que comprometem a qualidade da educação.

A pedagogia crítica de Paulo Freire (2021) oferece uma alternativa a essa lógica excludente, propondo uma educação que valorize a vivência e a cultura dos estudantes, especialmente daqueles provenientes de contextos marginalizados. Freire argumenta que a escola deve ser um espaço de transformação social, onde o aprendizado ultrapasse o conteúdo técnico e promova a conscientização dos alunos sobre sua realidade. Essa abordagem é essencial para desconstruir a ideia de meritocracia pura, que ignora os impactos das desigualdades estruturais no desempenho escolar.

No Brasil, programas como o Bolsa Família e suas sucessoras, como o Auxílio Brasil, representam exemplos de políticas públicas que buscaram integrar as dimensões social e educacional. Ao condicionar os benefícios à frequência escolar, esses programas conseguiram reduzir as taxas de evasão, principalmente em comunidades mais vulneráveis. No entanto, sua eficácia em promover equidade educacional é limitada, pois não atacam diretamente os problemas de qualidade e infraestrutura nas escolas públicas. Isso ressalta a necessidade de políticas integradas, que combinem incentivos financeiros com investimentos substanciais no sistema educacional.

Outra iniciativa relevante é o Programa Universidade para Todos (ProUni), que ampliou o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda, especialmente aqueles vindos de escolas públicas. Embora tenha contribuído para aumentar a presença de alunos de classes menos favorecidas nas universidades, o ProUni não resolve as desigualdades de base que afetam o ensino básico. Sem melhorias significativas nas condições das escolas públicas, muitos estudantes chegam ao ensino superior sem a preparação adequada, enfrentando dificuldades para acompanhar os cursos.

A inclusão de políticas de cotas sociais e raciais em universidades públicas também é uma estratégia importante na promoção da equidade educacional. Essas políticas reconhecem que a igualdade de condições só pode ser alcançada se levarmos em conta os contextos desiguais de origem dos estudantes. De acordo com Bastos (2020), a implementação dessas cotas é um passo significativo para corrigir desigualdades históricas, mas deve ser acompanhada de programas de apoio acadêmico e psicológico para garantir que os alunos beneficiados tenham sucesso em sua trajetória educacional.

Saviani (2012) enfatiza que a equidade educacional depende de uma forte intervenção estatal para garantir não apenas o acesso, mas a qualidade do ensino em todos os níveis. Ele argumenta que o financiamento da educação pública deve ser tratado como prioridade nacional,

com recursos destinados à formação de professores, melhoria da infraestrutura escolar e desenvolvimento de currículos inclusivos. Além disso, Saviani destaca a importância de fortalecer o papel das comunidades escolares, promovendo a participação ativa de pais, alunos e educadores na formulação e implementação de políticas educacionais.

Um ponto frequentemente negligenciado nas políticas públicas é a importância da formação continuada de professores. Para Bastos (2020), capacitar os educadores para lidar com a diversidade cultural e social é essencial para que a escola se torne um ambiente inclusivo. Isso envolve não apenas o desenvolvimento de competências técnicas, mas também a sensibilização para questões de equidade e justiça social, que devem estar no centro da prática pedagógica.

Considerações finais

Este artigo analisou o impacto das políticas públicas voltadas à educação no Brasil, com foco no conceito de meritocracia e suas implicações para a promoção da equidade. Embora a meritocracia seja frequentemente defendida como uma ferramenta para recompensar o esforço individual, no contexto brasileiro, suas limitações se tornam evidentes devido às profundas desigualdades estruturais que permeiam o sistema educacional. O ideal meritocrático, isolado de uma visão mais ampla de justiça social, tende a reforçar privilégios preexistentes, ao invés de promover um acesso equitativo às oportunidades.

As desigualdades no acesso à educação são resultado de um conjunto de fatores que incluem a precariedade da infraestrutura escolar, a disparidade regional no financiamento das escolas públicas e a desvalorização de saberes diversos nos currículos educacionais. As iniciativas públicas que buscam atenuar essas desigualdades, embora relevantes, ainda não atingem todo o seu potencial devido à falta de articulação e continuidade. Além disso, as medidas voltadas para inclusão, como programas de cotas e incentivo ao acesso ao ensino superior, devem ser acompanhadas de investimentos mais consistentes na educação básica, que é a base para o desenvolvimento de um sistema mais justo e inclusivo.

A promoção da equidade no sistema educacional brasileiro requer um compromisso político e social com a transformação estrutural. Isso envolve a priorização da educação pública, o fortalecimento da formação de professores, o desenvolvimento de currículos que valorizem a diversidade cultural e a implementação de estratégias que garantam condições igualitárias para todos os estudantes. Essas ações devem ser concebidas com o entendimento de que a justiça educacional não é apenas uma questão técnica, mas uma exigência ética e social.

Dessa forma, o fortalecimento das políticas públicas educacionais deve ir além de discursos e estratégias que privilegiam o desempenho individual, reconhecendo que um sistema educacional verdadeiramente inclusivo é aquele que oferece as mesmas condições de acesso, permanência e sucesso para todos. Apenas com esforços coordenados entre governos, educadores e sociedade será possível transformar a educação em uma ferramenta efetiva para a redução das desigualdades e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Referências

- BASTOS, Cláudia Regina. Políticas públicas de educação: desafios para uma escola inclusiva. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 2, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.
- CARNEIRO, Ricardo; SCALON, Celi. Educação e desigualdades sociais: debates contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, e270083, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- DUBET, François. **A escola das oportunidades**: o que é uma escola justa? São Paulo: Cortez, 2008.
- FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury. Educação, desigualdade e pobreza no Brasil. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 4, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- GUINDANI, Evandro Ricardo; BORGES, Fernanda Goulart; KOGA, Yáscara. Contradições da meritocracia: análise de indicadores educacionais e sociais no Brasil. **Revista Uniaraguaia**, online, v. 19, n. 2, p. 228-239, mai./ago. 2024. Disponível em: <https://www.uniaraguaia.edu.br>. Acesso em: 2 dez. 2024.
- IPEA. **Desigualdades socioeconômicas e educacionais no Brasil**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- KOGA, Yáscara Michele Neves; GUINDANI, Evandro Ricardo. Educação e neoliberalismo: interferências numa relação tirânica. **Revista Simbiótica**, Universidade Federal do Espírito Santo, vol. 4, n. 2, jul.-dez. 2017, p. 87-103.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2012.
- YOUNG, Michael. **A sociedade meritocrática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1958.